

**SUJEITO DA CIÊNCIA E SUJEITO DA AÇÃO POLÍTICA -
O diálogo de Florestan Fernandes com o discurso
epistemológico moderno**

***SUBJECT OF SCIENCE AND SUBJECT OF POLITICAL ACTION -
The dialogue of Florestan Fernandes with the
modern epistemological discourse***

Fabricio Antonio Deffacci *

Marcelo Fetz**

Carlos Eduardo França***

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar o lugar ocupado pelo *sujeito da ciência* dentro da teoria sociológica entre os séculos XIX e XX, com destaque especial para as contribuições do pensamento de Florestan Fernandes. Trata-se, em um primeiro momento, da ruptura produzida pelo pensamento social em relação ao modelo epistemológico da modernidade, sustentado na teoria do conhecimento e gerador das ciências naturais enquanto campo privilegiado do empreendimento científico. Filiado a esta concepção de cientificidade, o positivismo foi responsável pela configuração da Sociologia como ciência. Em um segundo momento, há a recusa da epistemologia moderna, convergindo para a afirmação de uma Sociologia preocupada com a mudança social. Diante deste novo modo de se pensar a ciência do social, o *sujeito da ciência* gradativamente é repensado, emergindo, com isso, o *sujeito da ação política*, o qual está enraizado no mundo da vida (*Lebenswelt*). A vinculação de Florestan Fernandes a este debate pode ser observada em conformidade com o segundo momento, em vista do qual o autor concebe o comprometimento do sociólogo com sua realidade social, afirmando a função social da ciência e a missão histórica dos intelectuais (*Intelligentsia*).

Palavras-chave: Florestan Fernandes. Teoria Sociológica. Sociologia Política. Intelectuais.

* Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professor de Sociologia na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Brasil. Email para contato: fabricioad@uems.br

** Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor de Sociologia na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil. Email para contato: marcelo.fetz@ufes.br

*** Doutor em Ciências Sociais pela Unesp. Professor de Ciências Sociais na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Brasil. Email para contato: carlostrolls@yahoo.com.br

Abstract

The objective of this paper is to analyze the place occupied by the subject of science in the sociological theory between the nineteenth and twentieth centuries, with special emphasis on the contributions of Florestan Fernandes's thought. It is, at first, the problem produced by the rupture of social thought regarding the epistemological model of modernity, supported by the theory of knowledge and generator of natural sciences as a privileged field of scientific research. Affiliated to this scientific conception, the positivism was responsible for the acknowledgement of sociology as a scientific field. In a second step, there was the refuse of modern epistemology, converging to the strengthening of the social change as the main issue of sociology. Faced with a new way of thinking about social science, the subject of science was gradually rethought, emerging the subject of political action, which is rooted in the lifeworld (*Lebenswelt*). The connection of Florestan Fernandes's thought to this debate will be observed through this second point, according to the involvement of sociologists with their social reality, asserting a social function of science and a historical mission of intellectuals (*Intelligentia*).

Keywords: Florestan Fernandes. Social Theory. Political Sociology. Intellectuals.

Introdução

O esforço na busca da *purificação do saber científico*, por um lado, e o apelo à *responsabilidade social*, por outro, são modos de se prescrever a atuação do *sujeito da ciência* por dentro do discurso epistemológico. Assim, em um primeiro momento histórico, este sujeito foi denominado *cientista*, sendo que a sua prática deveria ser exclusivamente direcionada pelas regras de um modelo “endógeno” da ciência. Em um momento posterior, a denominação *intelectual* denuncia a parcialidade que fundamenta uma atuação estritamente científica e, com isso, a legitimidade do *sujeito da ciência* só pode ser alcançada no instante em que sua prática escolástica é superada em direção aos contornos de seu pertencimento social.

A noção *sujeito da ciência* permite, inicialmente, tomar em abstrato o agente produtor do conhecimento científico. Partimos do pressuposto de que as concepções de cientista e de intelectual servem de anteparo à análise do real, uma vez que, de um modo, não correspondem exatamente ao conteúdo que é impresso pela teoria sociológica contemporânea e, de outro, não estão completamente esgotadas. Assim, o discurso sobre a ciência promovido pela Sociologia, principalmente no século XX, demonstra o anseio em aproximar as características centrais do cientista e do intelectual para imprimir um novo conteúdo no *sujeito da ciência*, ao passo que pretende uma aproximação entre a ciência e a sociedade mediante de um conhecimento estratégico, destinado à intervenção no mundo social.

Com base na pretensão de produzir um *saber puro*, a Sociologia encontrou, por meio do cientista, no século XIX, um agente produtor de conhecimento científico em grande medida comprometido com a ciência e distante da intervenção social. Esta construção pode ser encontrada na fase inicial da Sociologia, como um projeto positivista idealizado por Auguste Comte e Émile Durkheim. Porém,

parte significativa da teoria sociológica desenvolvida no século XX preocupou-se em compreender a mudança social, aproximando-a da noção de cotidiano e, ao mesmo tempo, considerando, a partir deste movimento, a relevância do saber ainda não submetido à cientificização: um *saber cotidiano*. Paralelo a esta oposição, outro deslocamento teórico importante nesta análise aparece no século XX. Trata-se, pois, do desafio de pensar a ciência a partir da esfera social, “sociologizando” suas bases e também seu direcionamento social (FETZ; DEFFACCI; NASCIMENTO, 2011).

Em se tratando das consequências deste encadeamento teórico, dois pontos devem ser destacados: 1) a Sociologia passou a ter um amplo domínio discursivo sobre a ciência, uma vez que toda a atividade científica pode ser compreendida à luz de um processo social englobante, e 2) um novo campo de análise sobre a ciência, oscilando entre a descrição e a prescrição, foi constituído, sendo, grosso modo, denominado de Sociologia da ciência.

Nesta direção, o viés epistemológico produzido pela Sociologia tornou-se responsável por equacionar dois modos distintos de se conceber o *sujeito da ciência* no pensamento sociológico: o *cientista* e o *intelectual*. A mediação proporcionada entre as duas concepções dentro do quadro teórico atual da Sociologia revela-se fecunda, não somente por fazer a aproximação entre um *saber puro* e um *saber cotidiano*, mas por conseguir, por meio desta primeira aproximação, a promoção da interdependência entre a ciência e a sociedade. Neste artigo, portanto, elaboraremos uma análise do lugar ocupado pelo *sujeito da ciência* no interior da teoria sociológica, entre os séculos XIX e XX, apresentando a trajetória de transformação do pensamento epistemológico que acaba por circunscrever tipos diferentes de sujeitos da ciência. Em se tratando desta interdependência entre o puro e o cotidiano, apresentaremos o diálogo elaborado por Florestan Fernandes com a epistemologia moderna como sendo uma importante contribuição para a reflexão sobre a noção de *sujeito da ciência* como *sujeito epistêmico*, que deve ultrapassar a prática da pesquisa científica pura, legitimando-se mediante sua ação política: a sociologia sistemática.

A Sociologia como Ciência: aproximações com o discurso epistemológico moderno

A modernidade filosófica, marcada pela denominação Teoria do Conhecimento (HABERMAS, 1987), direcionou suas atenções para o *projeto fundacionista*, no qual a delimitação de um ponto de apoio indubitável seria a expressão de um conhecimento seguro e, portanto, científico. Posterior a isso, tal projeto é ao mesmo tempo repensado e radicalizado pelo positivismo elaborado por Comte (1996) e Durkheim (1971), que tinha como objetivo central o deslocamento dos axiomas teóricos produzidos pela Filosofia para a fundamentação do pensamento sistemático dentro do horizonte da Sociologia. Nos dois momentos, há uma relação entre *saber cotidiano* e *saber puro*, a qual reflete, em grande medida, o debate em torno da oposição entre *doxa* e *episteme*. A opinião rápida e superficial que constitui a primeira forma de conhecimento deve ser corrigida a partir da elaboração constante de um conhecimento crítico e sistemático próprio da ciência.

Em se tratando do discurso filosófico, o processo de consolidação de um conhecimento seguro reflete as pretensões de pensadores como, por exemplo, Francis Bacon (1997) e René Descartes (1996), para os quais a natureza deve ser apreendida e manipulada pela Razão humana. Paralelamente a isso, a obtenção dos meios para a apreensão das *leis gerais* que regem o comportamento da natureza tornou-se o objetivo central das reflexões pautadas na construção do rigor científico por meio da depuração do *método*. Nisto, o *racionalismo* instituído por Descartes foi, sem dúvida, a expressão máxima da elevação da razão humana sobre quaisquer outras faculdades, no tocante ao conhecimento seguro da natureza e de suas regularidades, bem como o ponto de partida para o desenvolvimento posterior do pensamento moderno no âmbito epistemológico.

Ao “meditar” acerca dos postulados do conhecimento enunciados pela tradição, fossem eles referentes ao período medieval e/ou às concepções de pensamento aristotélicas, Descartes recorreu a um postulado imanente ao Homem: *o cogito*. A dúvida lançada sobre os *sentidos* enquanto mecanismos de apreensão da verdade, seguida da dúvida sobre o próprio estatuto ontológico da realidade, por meio do *argumento do sonho* e do *gênio maligno*, possibilitou ao autor d’*As Meditações* a fusão da “substância do real” com a “substância humana”. Com isso, o Homem e a Realidade não só aparecem fundidos, mas, e principalmente, a certeza do real é alcançada em conformidade com a justificação feita pela Razão. O empreendimento cartesiano ultrapassou os limites de uma caracterização epistemológica para atingir o fundamento da realidade a partir da afirmação do *sujeito pensante*: “Eu sou, eu existo: isto é certo; mas por quanto tempo? A saber, por todo o tempo em que eu penso; pois poderia, talvez, ocorrer que, seu eu deixasse de pensar, deixaria ao mesmo tempo de existir.” (DESCARTES, 1996, p. 269).

Assim, estando o fundamento da realidade constituído em função da Razão, o discurso filosófico-científico moderno precisou afastar os elementos *extrarracionais* para que fosse possível chegar com segurança à constatação dos princípios normativos da realidade. Neste sentido, previamente, as paixões humanas e a multiplicidade dos contornos sociais – os quais assumem relevância ímpar no momento em que a Sociologia se aproxima do cotidiano – passaram a significar uma ameaça para a validação da ciência, sendo, sobretudo, um desafio constante para o período aperfeiçoar ainda mais o espaço reservado para a Razão.

Com o avanço da discussão norteadada pelo pressuposto racionalista lançado por Descartes, as diferentes perspectivas teóricas que apareceram na sequência contribuíram decisivamente para a sua solidificação. Assim, a busca pela certeza científica, associada às investigações empírico-experimentais, proporcionou a toda uma época a crença de que o *progresso* era um horizonte cada vez mais próximo. Nem mesmo as críticas apresentadas à corrente de pensamento aberta por Descartes (racionalismo), advindas de autores como, por exemplo, John Locke (1997) e David Hume (1996), romperam com a centralidade ocupada pela Razão. Tanto a recolocação do papel desempenhado pelos sentidos no âmbito cognitivo, no caso do empirismo lockeano, quanto o ceticismo radical que a perspectiva humeana projetou sobre o princípio da *causalidade*, não se propuseram a uma fragmentação do pressuposto do *domínio da racionalidade sobre a natureza*. Antes, tais críticas

foram posteriormente redimensionadas como um aperfeiçoamento do paradigma da Razão, perdendo sua possível conotação de uma recusa a ele.

Em vista disso, foi Immanuel Kant quem primeiro se encarregou de sintetizar tais perspectivas divergentes, reservando um lugar de destaque para a crítica de todo o racionalismo edificado até então e, ao mesmo tempo, equacionando o que parecia ser uma contradição degenerativa para o pensamento moderno, formada pelo embate entre o racionalismo, o empirismo e o ceticismo: “[...] embora todo o conhecimento comece *com* a experiência, nem por isso todo ele se origina *da* experiência.” (KANT, 1996, p. 53). Trata-se do despertar do sono dogmático associado ao pensamento do filósofo Kant. O caminho encontrado por Kant relembra, em certa medida, o que já havia sido a atitude dos autores anteriores; mas, de maneira mais profunda, enquanto estes últimos dirigiam suas críticas aos valores engendrados pela tradição no pensamento, o julgamento levantado por Kant ousou abarcar a Razão como um todo, antes mesmo que qualquer parte do processo de construção do conhecimento tomado isoladamente.

Diretamente ligado a este movimento teórico mais lato, o *positivismo*, que gradativamente buscou fundamentar a Sociologia dentro do quadro das ciências naturais e da modernidade filosófica, carregava as premissas de um *saber puro* reservado aos domínios exclusivos da racionalidade. Isto conduz, num primeiro momento, a construção de um modelo teórico-epistemológico de afirmação de uma área de saber interessada na produção de um discurso científico “seguro” sobre a realidade social. Conforme afirma Comte, “Já agora que o espírito humano fundou a física celeste; a física terrestre, quer mecânica, quer química; a física orgânica, seja vegetal, seja animal, resta-lhe para terminar o sistema das ciências da observação, fundar a *física social*” (COMTE, 1996, p. 29). E, em seguida, Durkheim se propõe o trabalho de sistematização da Sociologia como uma disciplina científica, portadora de um método próprio (LÖWY, 1987), sem perder de vista a necessidade de um conhecimento “purificado”:

[...] se existe uma ciência das sociedades, é de se esperar que ela não se limite a ser paráfrase de preconceitos tradicionais, e, sim, que mostre as coisas de maneira diferente da encarada pelo vulgo; pois o objetivo de toda ciência é descobrir, e toda descoberta desconcerta mais ou menos opiniões formadas. (DURKHEIM, 1971, p. XV).

Em linhas gerais, o compromisso inicial da Sociologia, como projeto de adequação à um horizonte de pensamento científico mais abrangente, construído sobre as determinações do discurso filosófico moderno, pode ser observado nas características pretendidas para a ciência como um todo. De acordo com a indicação de Paolo Rossi, o modelo de ciência na modernidade é constituído a partir de três aspirações centrais:

a) a convicção de que o saber científico é algo que aumenta e cresce, isto é, age através de um processo para o qual sucessivamente contribuem as gerações de estudiosos; b) a convicção de que esse processo nunca está ‘completo’ em qualquer momento ou etapa sua, isto é, que não necessite de acréscimos,

revisões ou integrações ulteriores; c) enfim, a convicção de que se tenha alguma forma uma única tradição científica, isto é, de que a ciência não se apresente como um conjunto de teorias contrapostas e de *ismos*, mas como um processo em que os desenvolvimentos mais revolucionários ‘salvam’ o núcleo essencial adquirido pelas gerações anteriores, apresentando-se como teorias mais gerais que incluem as teorias ‘velhas’ como seus casos particulares. (ROSSI, 1989, p. 64).

Logo, é válido considerar que este modelo de pensamento, responsável pela formatação inicial do pensamento científico no âmbito da Sociologia, apresentou o “sujeito da ciência” como pesquisador comprometido exclusivamente com a produção do conhecimento científico puro – ou seja, a figura do cientista norteado pela neutralidade axiológica e que caminhava em direção à objetividade –, sendo necessário para a realização desta prática o isolamento das impurezas provenientes de esferas externas à dimensão cientifizante. Em contraposição a esta perspectiva, emerge, na passagem do século XIX para o século XX, uma mentalidade que procura conceber o “sujeito da ciência” distante do propósito da “pureza” do conhecimento. É neste ponto que se situa a relevância de um *saber cotidiano* na teoria sociológica, isto é, um esquema de entendimento em oposição direta ao *saber puro*. Nesse sentido, já não é mais o conteúdo do cientista neutro que canalizou em grande parte as pretensões do século XX dentro do discurso sociológico, mas, de maneira distinta, o “sujeito da ciência” passa a encontrar-se mergulhado no *complexo vital* e, no máximo, podendo expressar uma síntese do processo social com uma pretensão maior de *originalidade*. Habermas (1987) denominará este agente da ciência como *eu-identidade*, o qual será capaz de atingir a unidade do processo social, escapando de um conhecimento parcial sobre o real, mas que não poderá pretender a neutralidade axiológica, uma vez que, como objeto, é, antes de tudo, constituído no interior do fluxo daquilo que poderia ser considerado como o ambiente no qual se move o seu próprio objeto de investigação.

A sociologização da Sociologia: mundo da vida e ação política

A reflexão desenrolada no século XX acerca do *sujeito da ciência*, em especial no campo de atuação próprio da Sociologia, situa-se dentro de um quadro teórico que pode ser delimitado por meio da concepção de *mutação* inerente às perspectivas sociológicas. De um lado, pelo viés da teoria social, a concepção acerca da sociedade transitou de um modelo com elevado grau de rigidez, interessado na redução do comportamento social às categorias fixas e que pudessem ser operacionalizadas com maior precisão científica, para um modelo dinâmico de realidade. Neste último, a descoberta dos princípios norteadores da sociedade se dá por meio de uma constante tentativa de adequação entre os elementos constituidores do discurso científico e a realidade observada – adequação constante e necessária entre *sujeito* e *objeto*.

Este ponto pode ser constatado na perspectiva do sociólogo francês Michel Maffesoli, para quem a passagem de um ponto de vista estático para um ponto de vista dinâmico na teoria social é caracterizada por meio das noções de *sociabilidade* e de *socialidade*, respectivamente. Por derivação desta passagem, ocorre a transição do modo como a Sociologia se autocompreende no âmbito epistemológico, de sorte que, segundo Maffesoli (1988), o principal objetivo passa a ser o de “fazer uma Sociologia do lado de dentro”, capaz de considerar que “à heterogeneização do mundo deve corresponder uma compreensão sistêmica do espectro consideravelmente extenso” (MAFFESOLI, 1988, p. 32).

Por conseguinte, considerando que, em determinado momento da teoria social do século XX, a noção de sociedade passou por um processo de *mutação*, é possível dar conteúdo a isto por meio da concepção de *cotidiano*. Apoiado nas premissas desenvolvidas pela Fenomenologia de Edmund Husserl (s.d.) e Martin Heidegger (2006), Alfred Schütz (1979) se propôs a compreensão do funcionamento das relações sociais a partir de um horizonte teórico caracterizado pelo dinamismo: *o mundo da vida (Lebenswelt)*. De modo idêntico ao esforço empreendido por Claus Offe (1989), quando este se interessa pela fragmentação das bases analíticas estáticas derivadas da categoria *trabalho* que, por sua vez, conduzem à redução da sociedade à esfera econômica, Schütz tenta perceber a realidade social de maneira próxima à multiplicidade de seus eventos constitutivos, os quais se manifestam com elevado nível de “espontaneidade” dentro das diferentes configurações geradas pelas relações sociais. Em decorrência desta percepção, a moldura que delimita a atuação da Sociologia é posta num estágio transitório entre a busca de *categorias formais* e a exploração minuciosa da sociedade.

Assumindo uma postura semelhante, Jürgen Habermas (1987) busca, na proposta hermenêutica desenvolvida nos moldes das *ciências do espírito* de Wilhelm Dilthey (1986), o ponto de sustentação para a exposição da sociedade como um *complexo vital* que se articula por meio da interação entre indivíduos e instituições sociais, atravessados por um *sentido* comum, o qual possibilita, em face de um campo vivencial compartilhado, a formação do *cotidiano* como foco de abordagem da Sociologia.

Se tanto Schütz quanto Habermas demonstraram o deslocamento do campo de referência da Sociologia, bem como da sua própria atuação investigativa, foi Michel de Certeau (1994) quem se dedicou a vasculhar o *cotidiano* com maior especificidade e detalhe. Sua inquietação acerca das *operações dos usuários* da cultura revela – com base na proposição do pensamento de maturidade de Ludwig Wittgenstein (1999; 1994) de que a linguagem se constitui dentro do ambiente ordinário – que as práticas sociais, apesar de previamente orientadas por um horizonte simbólico já estabelecido, colocam a cultura em constante processo de reatualização. Deriva, imediatamente, da análise de Certeau não apenas a afirmação do pressuposto no qual a sociedade deve ser pensada à luz do cotidiano em que é constituída, mas um modo de percepção de tal pressuposto. E, nesta direção, as práticas cotidianas condicionam a percepção de mundo dos sujeitos praticantes, ocasionando, por conseguinte, um interesse na avaliação destas práticas e nas transformações sociais que promovem como foco central da abordagem sociológica.

Em vista deste encadeamento da sociedade, por meio da concepção de cotidiano, pode-se conceber a construção das diferentes esferas da sociedade em paralelo com as ações dos indivíduos. Entre tais esferas, torna-se relevante o *conhecimento ordinário* (MAFFESOLI, 1988), em um movimento de deslocamento desde a negatividade que assume no instante em que as tendências cientificizantes da modernidade o concebem como um perigo para a construção de um conhecimento seguro sobre a realidade, até o momento em que não pode mais ser desconsiderado. Em outras palavras, mesmo não sendo sistematicamente construído, o conhecimento que resulta das práticas cotidianas impulsiona o movimento da sociedade e precisa ser considerado com base em sua significação para a construção da realidade social. É a partir desta concepção de conhecimento, emergente na aproximação da noção de sociedade com a noção de cotidiano, e não podendo mais ser omitido pelas abordagens sociológicas, que podemos apontar para a noção de um *saber cotidiano*.

Enquanto indagação gnosiológica capaz de repensar o horizonte de atuação da Sociologia, a concepção de *saber cotidiano* aparece no século XX em contraposição ao modelo de conhecimento construído entre os séculos XVI e XIX, seja em grande medida dentro do discurso filosófico, seja, por outro lado, no período inicial da *Sociologia como ciência*, com as demarcações positivistas aqui já abordadas. Em ambos os momentos, o esforço teórico estava centrado na tentativa de eliminar as impurezas do conhecimento em seu estágio de gestação e, posterior a isso, concebê-lo com uma “textura terapêutica”, responsável pela promoção da emancipação do Homem por meio da ciência e tendo em vista a constante eliminação dos traços negativos que o conhecimento presente na vida cotidiana pode apresentar, caracterizando, com isso, a pretensão de se alcançar um *saber puro* como possibilidade para a edificação de um conhecimento seguro.

Entretanto, este movimento teórico-metodológico, que marcou a reflexão sociológica entre os séculos XIX e XX, encontraria um obstáculo intransponível, se não fosse acompanhado por outro movimento de pensamento. Trata-se, pois, do desafio da *sociologização da ciência*, cujo impulso assenta em duas direções: 1) sob os condicionantes teóricos que retiram a análise da ciência do domínio estritamente filosófico e 2) sob os condicionantes históricos que abrem o campo desta reflexão teórica e legitimam o discurso sociológico sobre a ciência (FETZ; DEFFACCI; NASCIMENTO, 2011).

No caso dos condicionantes teóricos, em se tratando de uma averiguação acerca da ciência numa dimensão sociológica, encontramos nas perspectivas de Karl Mannheim (1976) e de Robert K. Merton (1970) uma continuidade no sentido da redução da ciência à esfera social e, em seguida, de sua concepção como parte do movimento social, sendo, em ambos os autores, uma instituição submetida não somente às determinações do movimento social, mas aos instrumentos analíticos do sistemático pensamento sociológico. Neste sentido, Mannheim exige, como primeiro passo dentro de uma abordagem da gênese e dos limites da ciência, um espectro teórico mais abrangente, que procura reduzir as diferentes formas de pensamento aos condicionantes sociais, uma espécie de metateoria do conhecimento. Para o autor, as questões de caráter sociológico têm primazia, na medida em que o pensamento, em sua formulação mais abstrata possível, aparece como socialmente condicionado.

Entretanto, se Mannheim procura validar a *determinação social do pensamento* de modo mais abrangente, Merton percorre o caminho de aprofundamento desta concepção ao demonstrar que os encaminhamentos dados à ciência na modernidade, em especial na Inglaterra do século XVII, não fogem dos conteúdos já previamente estabelecidos dentro do processo social. Trata-se de uma sociologia de médio alcance, que especifica a metateoria anterior elaborada no âmbito da sociologia do conhecimento. Assim, num primeiro momento, o *pensamento* aparece na percepção de Mannheim como *socialmente condicionado* e, posterior a isso, a ciência recebe a carga dos contornos sociais a partir das análises de Merton, sendo caracterizada como uma *instituição social*.

Com efeito, esta configuração explicativa se tornou viável no instante em que o desenrolar histórico do século XX apresentou uma descontinuidade entre os produtos tecnológicos associados às descobertas científicas e, junto a isso, o perigo das aplicações descontroladas de tais produtos. Não obstante, o viés histórico contribuiu significativamente para a legitimação das abordagens sociológicas sobre a ciência e a tecnologia, quando tomadas em relação direta com a sociedade.

A I Guerra Mundial e as subsequentes desarticulações da vida política e social abalaram a crença de que a ciência (e o pensamento racional em geral) levaria ao progresso humano ininterrupto. A grande crise de 1929 levantou o problema do desemprego tecnológico. [...] Descobriu-se que ciência e tecnologia crescem de modo cumulativo, enquanto em outras áreas culturais o crescimento era descontínuo [...]. (BEN-DAVID, 1975, p. 3).

Em decorrência disso, o *sujeito da ciência* passa a demonstrar traços significativos apresentados pela teoria da *intelligentsia* no decorrer do século XX: o *engajamento* com a sociedade, bem como a sua pretensão de realizar a ciência na promoção de seu encontro com a sociedade, concebendo-a com uma *função social* (MANNHEIM, 1976). Assim, seja em sua atuação dentro de um projeto social maior do que aquele realizado em suas práticas científicas, seja na concordância com a produção de um conhecimento essencialmente científico, o *sujeito da ciência* pode ser pensado, a partir do discurso sociológico, como sendo um meio caminho entre o intelectual e o cientista, de sorte que seria necessário transcender os limites estáticos impostos pelo moderno modelo de ciência em direção à sociedade. Esse horizonte de entendimento poderá ser empiricamente constatado mediante análise detalhada do pensamento do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, sobretudo da sociologia elaborada após o período histórico de 1960.

Florestan Fernandes e a Sociologia como ação política

A concepção de *sujeito epistêmico* apresentada por Florestan Fernandes segue as demarcações do conhecimento extraído em meio ao cotidiano social e, simultaneamente, apresentar-se comprometido com os ditames da realidade social envolvente. Em primeiro lugar, há o afastamento com relação ao discurso

epistemológico moderno, responsável pela caracterização do sujeito da ciência como produtor de um saber puro e sustentado na neutralidade axiológica. Em segundo lugar, o sujeito da ciência converte-se, de acordo com a perspectiva do autor, em sujeito da ação política, enraizado no mundo da vida e portador de uma missão histórica que culmina na realização da função social da ciência.

Não se trata de um sujeito situado fora da realidade histórica, de seu tempo, como acontece, por exemplo, no método positivista, que adapta para as ciências sociais os critérios de objetividade e de posicionamento do sujeito epistêmico existente nas ciências naturais. Nesta direção, o *sujeito epistêmico* é um *sujeito-no-mundo*, compondo a realidade social de sua época em paralelo com o seu tempo de análise; é, antes de tudo, um *cidadão social*, uma entidade que, apesar de lutar pela objetividade científica, vive o eterno dilema de sua inserção na realidade social, objeto de estudo do intelectual.

Sob esse aspecto, há uma *tensão teórica*, no que concerne ao universal e ao contingente, inerente à obra de Florestan Fernandes, especialmente com relação ao tema da ciência como instituição científica e o papel social do intelectual, em que a noção de metodologia científica se funde e se conecta com a de realidade histórica. Nas palavras do autor, a tensão ocorre entre os papéis de um *intelectual-no-mundo*:

O sociólogo é cientista e, ao mesmo tempo, cidadão – membro de uma categoria social constituída por pessoas devotadas aos fins da ciência e membro de uma comunidade nacional. Queira ou não, seu comportamento e modo de ser são influenciados por atitudes, valores e ideais científicos, extracientíficos e, até, anticientíficos. (FERNANDES, 1976, p. 92).

A ideia central é a da imersão do cientista social em um determinado processo histórico-cultural, ou seja, as ciências sociais, o seu ambiente institucional e a sua estrutura de pensamento emergem circunscritas pela singularidade histórica. De outra forma, o pesquisador insere-se em um universo sócio-histórico com características temporais e espaciais específicas, a partir das quais são apresentadas as necessidades, as obrigações e as expectativas acerca do trabalho intelectual de uma forma normativa. Trata-se de um conjunto de relações sociais que delimitam e que condicionam o trabalho intelectual desenvolvido pelos cientistas sociais, relações essas que fogem ao ambiente meramente científico. Essa conexão entre o *dever científico* e o *dever social* assinala uma importante distinção, tanto do ponto de vista meramente científico quanto do ponto de vista político-social. Logo, dois elementos marcam o trabalho do sociólogo: 1) A pesquisa orientada para *resultados diretos*, na qual o trabalho sociológico é condicionado por *interesses puramente científicos*; 2) A pesquisa orientada para *resultados indiretos*, na qual a empreitada científica é condicionada por *interesses histórico-culturais*. No plano epistemológico, temos a conexão entre a neutralidade axiológica e uma forma de neutralidade ética.

Para Florestan Fernandes, “o cientista social teria de trabalhar as instituições sociais herdadas ou de contribuir para o aparecimento de outras novas, forjando, assim, os suportes institucionais da ciência, da tecnologia científica e da educação formada em ambas.” (FERNANDES, 1967, p. 118). Com isso, há a necessidade de

se promover uma *ação de ruptura com o passado*, tornando possível a convivência entre esferas conflitantes, modernizando os aspectos sócio-culturais que, de alguma forma, impediriam o desenvolvimento das instituições científicas e de seu tipo específico de racionalidade. Dessa forma, ocorre uma relação de dependência entre a organização social de uma determinada sociedade e a organização institucional de caráter científico. Sem uma harmonização entre os dois conjuntos sócio-culturais, não é possível a construção do universo científico, isto é, de uma cultura receptora da racionalidade científica e do fortalecimento desse estilo de pensamento. Este processo de afirmação da ciência não remete apenas a sua organização e funcionamento, mas a um tipo geral de comportamento científico: para o sociólogo brasileiro, seria necessário um conjunto de *comportamentos psicossociais* que propiciasse o desenvolvimento de determinado *tipo de racionalidade*.

Essa *ação de ruptura* com a herança do passado somente poderá ocorrer com a interpenetração do devir científico com o devir social. Em outras palavras, somente se poderá realizar tal empreitada quando ambas as esferas se constituírem em uma mesma *unidade epistemológica*. Ainda que os critérios de objetividade científica e de ação social marquem o fazer intelectual, destaque central deve ser dado à dimensão do real como condicionante da sistematicidade do pensamento sociológico. A pretensão de Florestan Fernandes está em articular diferentes métodos científicos e, ao mesmo tempo, *flexionar* a metodologia utilizada na pesquisa em conformidade com as características do ambiente sócio-histórico. Isto remete aos *objetivos últimos* da Sociologia, os quais podem ser percebidos por meio da concepção de *Sociologia Crítica* e, por extensão, do problema da *intelligentsia* como um problema entre *teoria e práxis*. Trata-se de elaborar o caminho de uma nova sociologia sistemática.

O esforço de conciliação entre teoria e *práxis* não é recente na trajetória do pensamento ocidental. De modo genérico, nos gregos estava colocada a preocupação no direcionamento das perspectivas teóricas/ontológicas para reflexões de ordem política destinadas à organização da *polis* – o *filósofo rei* em Platão (2001), por exemplo. Na era moderna, tal questão foi equacionada por Karl Marx (1986), por meio da construção de uma proposta de atuação do intelectual sobre a dinâmica do universo social, esclarecendo o proletariado, nele formando a *consciência de classe*, proporcionando o desenvolvimento das condições subjetivas em vista da revolução. Posterior a este momento, no pensamento de Mannheim (1976), viria a resposta ao problema por meio da *intelligentsia* sendo condicionada por sua época, a primeira metade do século XX: perplexidade política, desencantamento e crítica à ciência. Isto possibilitou atribuir uma *função social* para a Sociologia por meio da Sociologia do conhecimento e, ao mesmo tempo, demarcar o papel do intelectual na sociedade através da necessidade de intervenção racional nos processos sociais. Como entende Deffacci (2008):

[...] temos: a) uma teoria social voltada para a orientação dos grupos sociais, b) sustentada numa proposta metodológica/investigativa desenvolvida pela Sociologia do Conhecimento e, c) resultando na construção de um mecanismo de intervenção social sustentado na ciência. Neste tripé inovador Mannheim articula a função social da ciência, bem como uma nova perspectiva para o problema da participação política dos intelectuais, os quais tornam-se agentes de ligação direta entre os processos sociais e sociológicos. (DEFFACCI, 2008, p.144).

Para além da objetividade e da neutralidade científica, a *função social da ciência* seria uma forma racional e normativa de intervenção sobre a sociedade: uma forma de organização da cultura por parte de um grupo coeso de intelectuais. Essa mesma função social pode ser observada na Sociologia crítica e militante de Florestan Fernandes. Em grande medida, isto se deve aos eventos políticos que marcaram o contexto social brasileiro, os quais foram duramente vivenciados por Fernandes: a intervenção política de uma ditadura que refletiu no exílio político do autor. Nesse sentido, a influência do pensamento de Mannheim na configuração do *sujeito epistêmico* proposta por Florestan Fernandes torna-se visível:

[...] os sociólogos não devem tratar apenas do enquadramento teórico dos problemas práticos da Sociologia, esperando ocasião mais oportuna para defini-los de modo concreto. Precisam tomar parte ativa neste processo, aplicando com coragem e decisão os conhecimentos sociológicos, em todas as situações em que isso for possível, independentemente das limitações evidentes dos primeiros resultados positivos; e introduzindo, nos setores sociais capacitados para uma ação de maior envergadura, a consciência da necessidade do aproveitamento intensivo da Sociologia, como fonte de *controle racional dos processos sociais*. (FERNANDES, 1971, p. 423).

Além de preocupar-se com os critérios científicos estritos do discurso sociológico, o cientista social deve se colocar como um *sujeito histórico*, comprometido com o desenvolvimento da instituição científica, com o avanço da ciência em toda a sociedade e com a legitimidade de seu discurso mediante o compromisso moral assumido com a questão fundamental da mudança social. Assim, devem ser elencados como elementos qualitativamente distintos: a) o progresso da ciência em um determinado ambiente sócio-cultural, com características históricas singulares; b) os problemas sociais e científico-institucionais – a correspondência entre as diferentes esferas sociais e o papel do cientista social em promover a mudança social; c) a expansão da ciência.

Em se tratando da passagem de um sujeito estritamente comprometido com a ciência para um sujeito capaz de incorporar também a ação política, Florestan Fernandes promove a contextualização da tradição do pensamento ocidental, com ênfase para o discurso epistemológico da Era Moderna. Além da preocupação de caráter exclusivamente científico, o cientista social, em especial o cientista latino-americano, deve preocupar-se com os problemas do desenvolvimento institucional da ciência em seu país, tais como a questão da mudança social vinculada ao pensamento intelectual e da expansão da empresa científica, aspectos que compõem diretamente o universo sócio-institucional de seu fazer sociológico. Isso fica claro quando é analisada a lógica de pertencimento histórico-social do “americanista” ou do cientista social latino-americano:

Quer aspirem a graus acadêmicos, à consolidação de posições na estrutura ocupacional das universidades a das instituições devotadas à pesquisa científica, à competição por prestígio, ou à simples continuidade de auxílios

que condicionam a ampliação dos conhecimentos pertinentes a essa região e seus problemas, as conexões de sentido que prendem o americanista a uma modalidade histórico cultural determinada envolvem-no, emocional e moralmente, ao destino das instituições de suas próprias comunidades nacionais. (FERNANDES, 1967, p. 127).

É preciso pensar o *cientista social* no plural, pois existem realidades sociais contingentes que condicionam a lógica de explicação e a lógica de atuação dos intelectuais. Dessa forma, cada realidade social possibilitaria diferentes *conexões de sentido*, no tocante à explicação/compreensão dos fenômenos sociais, bem como diferentes conexões de sentido condicionadas pelos distintos processos histórico-culturais, que atribuem lógica à intervenção política e ao processo de entendimento sistemático. Por conseguinte, a questão é como abordar a realidade social através de sua perspectiva sociológica, como relacionar as atividades de pesquisa e de ação sobre o universo social, seja no plano da instituição científica ou da sociedade, em um escopo mais amplo, já que são processos sócio-históricos singulares, os quais se apresentam como movimentos históricos distintos. A resposta para tais interrogações está no fato de que o papel intelectual é conferido ao cientista social pelo ambiente sócio-histórico, o qual atribui sentido às suas ações e às suas práticas de estudo. O cientista social, portanto, desenvolverá o seu trabalho de pesquisa sob a lógica de um *compromisso histórico* e sob a lógica do método sistemático, onde a interface entre a permanência e a mudança canalizará a realização de um trabalho de pesquisa sociológica com possibilidade da viabilização dos meios de intervenção direta sobre o desenrolar histórico da realidade.

Portanto, o comprometimento histórico, atrelado às conexões de sentido de caráter histórico, marca a presença do sociólogo na sociedade. Essa lógica de raciocínio pode ser aprofundada no pensamento de Florestan Fernandes, podendo ser tomada como um tipo de *princípio sociológico* ou fundamento de um esquema teórico de apreensão do real. A ciência, como instituição, tem uma origem histórica fundamental, e isso deve ser ressaltado. Para que ela possa existir, é necessário que um conjunto de elementos seja observado:

A ciência não brotou, em nenhum lugar, como uma mitologia espiritual. Ela nasceu e progrediu, em toda a parte, como um produto do pensamento inventivo e da disposição social do homem de impor-se um novo padrão cultural de verdade. (FERNANDES, 1967, p. 125).

Esse novo *padrão cultural de verdade* diz respeito a um tipo específico de racionalidade sistemática, diretamente associada ao conjunto da sociedade, ou seja, aos aspectos comportamentais com bases psicossociais e a um conjunto de elementos estruturais de base materiais. Entretanto, a compreensão do movimento histórico, que tende a condicionar o fazer sociológico à sua época, não parece ser uma tarefa simples de ser realizada. O papel do intelectual e do cientista social foge, nesse contexto, ao universo do técnico e do meramente científico: faz-se necessário apreender a lógica sócio-cultural local, para que se possa pensar em um processo de

mudança social racionalmente dirigida. Para Florestan Fernandes, o cientista social tem papel fundamental na condução de tal processo social que, na verdade, pode ser compreendido como um projeto científico-social que dá primazia à neutralidade ética em face da neutralidade axiológica. Além disso, o pensamento social elaborado por intelectuais na periferia do sistema capitalista, por exemplo, forneceria, conforme defendido pelo sociólogo brasileiro, uma realidade singular àquela existente em países centrais, sendo fundamental para a reflexão teórica da disciplina sociológica.

Conclusão

A contribuição deste trabalho para o viés epistemológico da Sociologia pode ser caracterizada no interior de um ambiente mais amplo de reflexão, isto é, na passagem para a Sociologia Política, que pretende demarcar o campo de atuação do cientista social destinado a ultrapassar a prática exclusiva da pesquisa científica. Neste sentido, o *sujeito da ciência* em questão, quando assume a tarefa de realização da função social da ciência, mantendo-se comprometido com a realidade social em processo de mudança, adentra a condição de intelectual. Trata-se de uma mudança epistemológica de importância central.

De maneira semelhante, a teoria sociológica contemporânea aproxima as concepções de cientista e intelectual, concebendo o *sujeito da ciência* comprometido com as determinações científicas e, simultaneamente, com o direcionamento da ciência para a sociedade. Esta nova configuração teórica se dá através do deslocamento da concepção de saber, o qual, num primeiro momento, aparece como uma construção “purificada” (*saber puro*); em seguida, tal perspectiva encontra uma oposição frontal baseada na possibilidade de um conhecimento ordinário (*saber cotidiano*) que é pensado em face da fusão teórica estabelecida entre a Sociedade e o Cotidiano e, por último, desta disputa teórica resulta uma concepção de conhecimento que opera num nível estratégico de interface entre as possibilidades de produção científica e as necessidades sociais, sustentando-se nas assertivas da intervenção social por meio da ação política dos intelectuais.

Diante deste quadro geral, o pensamento de Florestan Fernandes apresenta-se de maneira inovadora ao conceber para os sociólogos da “periferia” a função de expressar as contradições sociais inerentes à realidade social que lhes é própria e, a partir disso, intervir no sentido de equacionar tais contradições. A Sociologia pretendida pelo autor brasileiro emerge filiada ao quadro mais amplo do campo científico que rompeu com as demarcações rígidas do modelo epistemológico da Era Moderna. Assim, os intelectuais têm espaço privilegiado na elaboração das condições de cientificidade vinculadas com as determinações sociais de seu meio.

Referências

- BACON, Francis. **Novum Organum**. São Paulo: Abril Cultural, 1997. (Coleção Os Pensadores)
- BEN-DAVID, Joseph. Introdução. In: _____. (org.). **Sociologia da Ciência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- COMTE, August. **Curso de Filosofia Positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores)
- DEFFACCI, Fabrício A. **Ideologia, ciência e realidade social: a fundamentação das ciências sociais na perspectiva de Karl Mannheim**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.
- DESCARTES, René. **As meditações**. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores)
- DILTHEY, Wilhelm. **Crítica de la razón histórica**. Barcelona: Península, 1986.
- DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1971.
- FERNANDES, Florestan. **Ensaio de Sociologia geral e aplicada**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1971.
- _____. **A sociologia numa era de revolução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- _____. As ciências sociais na América Latina. In: Vários Autores. **As ciências sociais na América Latina**. São Paulo: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais; Difusão Europeia do Livro, 1967. p. 113-152.
- FETZ, Marcelo; DEFFACCI, Fabrício A.; NASCIMENTO, Lerisson. Olhares sociológicos sobre a ciência no século vinte: mudanças e continuidades. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 284-317, ago. 2011.
- HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- HUME, David. **Investigação acerca do entendimento humano**. São Paulo: Abril Cultural, 1997. (Coleção Os Pensadores).
- HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, s/d.
- KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores)
- LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Abril Cultural, 1997. (Coleção Os Pensadores).
- LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 4. ed. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- MAFFESOLI, Michel. **O Conhecimento Comum**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. 6. ed. São Paulo: Global, 1986.
- MERTON, Robert. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PLATÃO. **A República**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- ROSSI, Paolo. **Os Filósofos e as Máquinas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SCHÜTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Abril Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).
- _____. **Tractatus logico-philosophicus**. São Paulo: Edusp, 1994.